

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Gardênia Pereira Rocha de Carvalho¹

Dilma Novais Viana Lima²

Resumo

Este estudo buscou questionar a inserção do ensino de História na Educação Infantil, analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações para a formação da identidade e desenvolvimento das crianças. A pesquisa, de abordagem qualitativa, analisa a BNCC, um documento oficial para identificar estratégias de ensino de História na Educação Infantil. Os resultados destacam que apesar de não haver uma disciplina específica, o conhecimento histórico permeia as competências e habilidades da BNCC, permitindo trabalhar dimensões temporais, como passado, presente e futuro, na construção da identidade e na compreensão do tempo histórico. Conclui-se que atividades como brincadeiras e rememorações são ferramentas eficazes para desenvolver o pensamento histórico e promover uma educação democrática e antirracista. O estudo defende uma abordagem educativa que valorize a infância como um tempo livre, focado no que as crianças já são, e não apenas no que podem se tornar. Reforça a necessidade de trabalhar o ensino de História na Educação Infantil como um ato político, buscando romper com currículos dominantes e promover práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e à memória.

Palavras-chave: Currículo; Ensino; História; Infância.

Introdução

Com a constituição de 1988 a educação como direito da criança foi reconhecida e o direito à creche foi legitimado, devendo ser ofertada uma Educação Infantil (EI) complementar à educação familiar, com sua promulgação, foram criadas duas importantes leis: a Lei nº 8.069/90, que dispunha do Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA) e a Lei

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE/UESB); Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista – BA.

E-mail: 2024m0268@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6349-7436>

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: dilmanvlima@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9565-6263>

nº 9.394/96 que estabelece Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação Nacional. O ECA buscou regulamentar os direitos fundamentais da criança e determinar os deveres para a efetivação desses direitos. Assim, inicia-se um reconhecimento do que seria a infância.

A LDB define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, visando o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos. Em 2018 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, como documento de caráter normativo, é responsável por definir os conteúdos mínimos a serem trabalhados, as aprendizagens a serem adquiridas e as habilidades e competências a serem desenvolvidas na Educação Básica. No currículo, há uma preocupação com o educando em seu devir. A Educação Infantil representa a primeira separação da criança de seu vínculo familiar e deve se preocupar com o educar e o cuidar, que não devem ser dissociados no processo educativo.

A relevância e originalidade em discutir o ensino de História na Educação Infantil dá-se ao fato de não haver uma disciplina específica desse componente na referida etapa da educação, onde as áreas de conhecimento são divididas em Campos de Experiência (Brasil, 2018). Contudo, o conhecimento histórico perpassa em todas as competências e habilidades trabalhadas na primeira infância. O presente estudo buscou questionar a inserção do Ensino de História na Educação Infantil a partir da BNCC.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que foi realizada a partir da análise documental. O desenvolvimento desta pesquisa se deu nas seguintes etapas: constituição do corpus de análise, levantamento e estudo do referencial teórico e análise documental. O estudo bibliográfico que deu o suporte teórico à pesquisa foi feito por meio do levantamento, sistematização e análise de estudos e pesquisas a respeito dos temas: ensino de História para a EI, a BNCC e o ensino de História, compondo uma coletânea da produção acadêmica, entre os anos de 2019 e 2024, nesta área, formada por artigos de periódicos, dissertações e teses, bem como a BNCC e alguns documentos oficiais que regulamentam a Educação Infantil em âmbito nacional.

Na medida em que o levantamento foi realizado, foram feitas a leitura, estudo e análise do material, o que possibilitou a composição do aporte teórico que favoreceu a análise da

temática em estudo. O estudo questionou o ensino de História a partir da BNCC -Educação Infantil. Nesta conjuntura, a técnica da análise documental foi considerada a mais adequada uma vez que os documentos: são uma fonte estável e rica, permanecendo com o passar dos anos; podem ser consultados inúmeras vezes; podem embasar diferentes pesquisas, o que dá mais credibilidade aos resultados alcançados e são uma fonte poderosa de onde podem ser extraídos dados relevantes que baseiem as inferências do pesquisador (Lüdke; André, 1986).

Conforme Cellard (2010, p. 295), o documento possibilita: “[...] acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” e possui algumas vantagens importantes como a diminuição significativa da eventualidade de qualquer influência do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos investigados, que pode ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador (Cellard, 2010).

O corpus da pesquisa foi constituído pela BNCC seção da Educação Infantil. O documento analisado é um escrito, oficial, público e estar disponível na Internet. Este material foi submetido a minuciosas leituras a fim de identificar as estratégias relacionadas ao ensino de história na Educação Infantil. Estas estratégias foram analisadas à luz do referencial teórico estudado.

Resultados e discussão

Na BNCC o conceito de infância define a criança como um sujeito histórico e de direito, que constrói sua identidade pessoal e coletiva diante das suas interações, relações e práticas cotidianas (Brasil, 2018, p.37). Os eixos que estruturam a Educação Infantil são as interações e brincadeiras, nas quais as crianças constroem e se apropriam de conhecimentos. O currículo está dividido em cinco campos de experiências, dos quais, por uma análise das nomenclaturas nos dá uma ideia de pluridisciplinaridade, havendo uma divisão de competências e habilidades, de modo que poderia ser mais eficaz para o aprendizado das crianças.

Contudo, não necessariamente é isso que ocorre. A BNCC apresenta características de um currículo tecnicista e utilitarista que promove um engessamento do conhecimento escolar e, também, do trabalho dos docentes. A memória e a imaginação encontram-se em destaque, já que estas capacidades cognitivas são um importante recurso para a criança que precisa compreender a diferença entre o que já aconteceu e o que está acontecendo, além disso, é por

meio dela que se torna possível a assimilação de uma rotina diária que dá início a mensuração de algo que irá acontecer, tendo uma inicial compreensão do que seria o tempo histórico. A relação destacada, que pensa a articulação temporal é definida por Rüsen (2023) como manifestação do pensamento histórico, este por sua vez, reflete a aprendizagem histórica que é entendida como uma das dimensões e manifestações da consciência histórica.

Podem ser utilizadas brechas curriculares, existentes nas competências e habilidades, que mesmo não estando em uma disciplina específica, possuem natureza histórica. Tendo em vista os campos de experiência expressos na BNCC, pode-se trabalhar a dimensão temporal imbuída em cada tópico. O passado e o presente podem ser trabalhados e articulados para construção da Identidade, na descoberta e reconhecimento de quem ela é. Atividades com uso de brincadeiras e rememorações de tradições e hábitos, podem se mostrar como instrumento eficaz na estruturação de seu pensamento em relação às dimensões do tempo, o reconhecimento do ontem, do hoje e do posicionamento do que pode vir a ser o amanhã. O eu e o outro podem ser trabalhados no sentido de propiciar uma educação pautada no fortalecimento de práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e à memória visando a promoção de uma educação democrática e antirracista.

A BNCC preocupa-se com a preparação da criança não só para o mundo cotidiano, mas também para o mercado de trabalho, o que não dialoga com o conceito de escola que aqui defendemos, onde há uma preocupação, exatamente, com a suspensão do tempo produtivo e cronometrado, assim como afirma Kohan (2007), no sentido de ter a possibilidade de se trabalhar História como um ato político que busca romper com um currículo dominante e pré-estabelecido. A Educação Infantil é entendida como uma etapa que necessita que seu processo seja um tempo livre e que as crianças sejam vistas como seres humanos completos dentre as suas individualidades e características próprias. Não se trata apenas do que elas irão se tornar, mas sim do que elas já são. Na Educação Infantil as crianças aprendem por meio da experiência para que possam se desenvolver e compreender o que lhes é apresentado e o professor mediará a aprendizagem levando em consideração as experiências dos educandos, numa relação em que se constrói o conhecimento.

Conclusões

Atividades com uso de brincadeiras e rememorações de tradições e hábitos, podem se mostrar como instrumento eficaz na estruturação do pensamento das crianças da Educação Infantil, bem como promover uma educação democrática e antirracista. Educar fora do tempo social, produtivo e cronometrado, afirmando a experiência educativa, é defender a existência e a possibilidade de se trabalhar História na Educação Infantil como um ato político que busca romper com um currículo dominante, pré-estabelecido e introduzir novos modos de habitar as escolas. Trata-se de um movimento em defesa da escola, da infância, da História e da educação.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2025
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2025
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 09 de setembro de 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In.: POUPART, Jean, et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1F1C3qrC0hlCJ29B03hyExT9ZHU6lNMLl/view>. Acesso em 05 de setembro de 2025.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. 4º Reimpressão - Curitiba: Ed. UFPR, 2023, p. 23-40.
- KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância**. Ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007, p.85-98.